

Câmara aprova carreira própria para área ambiental

Projeto prevê 150 cargos e reorganiza carreira ambiental da Prefeitura

Da Redação

A Câmara de SP aprovou, em segundo e definitivo turno, o projeto que cria um quadro próprio para os profissionais do meio ambiente na Prefeitura. A proposta recebeu 32 votos favoráveis e quatro contrários e seguirá para redação final antes de ser encaminhada à sanção do Ricardo Nunes (MDB).

De autoria do Executivo, o Projeto de Lei 526/2026 institui o Quadro dos Profissionais do Meio Ambiente (QPMA). A medida retira a carreira e os cargos de Analista de Meio Ambiente do Quadro de Desenvolvimento Humano e Social (QDHS) e os transfere para uma estrutura específica do executivo municipal.

Segundo a justificativa da Prefeitura, a separação considera as características técnicas e finalísticas do trabalho realizado por esses servidores. Entre as atribuições estão planejamento, fiscalização,

licenciamento, monitoramento e gestão ambiental. Atualmente, os analistas estão vinculados a um quadro que reúne outras carreiras da área de desenvolvimento humano e social da cidade.

O texto também prevê a criação e a ampliação de 150 cargos para profissionais do meio ambiente. Durante a discussão em plenário, vereadores defenderam que a aprovação seja acompanhada pela realização de concurso público e pelo preenchimento das vagas. A abertura do concurso e os prazos de contratação, porém, dependerão das medidas adotadas pela Prefeitura de São Paulo após a eventual sanção da lei.

A reorganização ocorre em um período de crescimento dos recursos destinados à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Durante a sessão, o vereador Nabil Bonduki (PT) afirmou que o orçamento da pasta passou de aproximadamente R\$ 400



Proposta teve 32 votos a favor e quatro contrários e seguirá para redação final antes de ser encaminhada à sanção do prefeito Ricardo Nunes

milhões para cerca de R\$ 1,2 bilhão. Os valores foram apresentados pelo parlamentar ao defender o reforço da estrutura de pessoal.

Além da criação do QPMA, o projeto altera regras do Quadro de Gestão Administrativa Superior (QGAS). A proposta contempla cargos de Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional e modifica as tabelas do regime de remuneração por subsídio da carreira. O Executivo relaciona a mudança à atratividade dos concursos e ao fortalecimento das áreas de planejamento e gestão.

A matéria também inclui servidores do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Ipem) e do Hospital

do Servidor Público Municipal (HSPM) nas tabelas previstas. Conforme informado pela liderança do governo na Câmara, o texto contempla ainda 45 vagas destinadas a concurso para contador.

Parte da discussão concentrou-se no artigo 30, que trata da contratação de serviços de contabilidade. Parlamentares questionaram a possibilidade de terceirização e pediram mudanças no dispositivo. O tema já havia provocado votos contrários na primeira análise da proposta, realizada em 19 de agosto.

Antes da votação definitiva dos vereadores, uma emenda substitutiva foi apresentada para estabelecer limites à contratação desses servi-

ços. A alteração condiciona a medida a uma avaliação feita por servidor de carreira. Vereadores que rejeitaram o projeto no primeiro turno mudaram o voto após a modificação, embora parte do plenário tenha considerado a restrição insuficiente.

Após aprovar o texto principal, a Câmara acatou duas emendas do governo, com alterações nos artigos 27 e 30. Votaram contra o projeto Lucas Pavanato (PL), Zoe Martínez (PL), Janaina Paschoal (PP) e Cris Monteiro (Novo).

A criação do quadro próprio dependerá da conclusão da tramitação, seguida pela sanção do prefeito e pela adoção das medidas administrativas previstas na medida.

Fórum debate prevenção ao uso de drogas na capital

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu, na terça-feira (1º), a 13ª edição do Fórum Semipresencial da Juventude Contra as Drogas. O encontro reuniu representantes de instituições e lideranças que trabalham na prevenção ao consumo de entorpecentes, no acolhimento de pessoas e no atendimento voltado à recuperação.

A programação também incluiu homenagens a entidades terapêuticas que atuam no acompanhamento de pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas na cidade. O evento teve o apoio do vereador Guilherme Corrêa (União Brasil) e ocorreu nas dependências do Legislativo paulistano.

Durante o fórum, participantes abordaram a impor-

tância da atuação conjunta entre organizações sociais, agentes públicos, comunidades terapêuticas e demais serviços envolvidos na prevenção e no tratamento da dependência química. O debate teve como foco os desafios enfrentados por jovens, familiares e profissionais responsáveis pelo atendimento.

O encontro também abriu espaço para que representantes das instituições apresentassem experiências relacionadas ao acolhimento, à orientação e à recuperação. As entidades trabalham com públicos em diferentes situações de vulnerabilidade e oferecem apoio a usuários de drogas e seus familiares.

A realização em formato semipresencial permitiu a participação de convidados de forma presencial e remo-



Encontro teve apoio do vereador Guilherme Corrêa (UNIÃO)

ta. A proposta foi ampliar a troca de informações entre profissionais, lideranças comunitárias e organizações que desenvolvem ações de prevenção e assistência.

O fórum chegou à 13ª edi-

ção com discussões sobre medidas para reduzir o consumo de drogas entre jovens e fortalecer as redes de atendimento. Entre os pontos tratados estiveram a necessidade de orientação, o acompa-

nhamento dos usuários e a participação das famílias durante o processo de recuperação.

As instituições presentes também destacaram o papel das ações preventivas antes do surgimento ou agravamento da dependência. Esse trabalho pode envolver atividades educativas, atendimento psicossocial, encaminhamento aos serviços disponíveis e acompanhamento após o período inicial de acolhimento.

O evento foi realizado em meio às discussões sobre políticas públicas de saúde e assistência destinadas às pessoas afetadas pelo uso de substâncias. O atendimento a esse público pode envolver diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e segurança pública, conforme as necessidades identificadas em cada caso discutido.